CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
41ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2015
PRESIDENTE: ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS
1ª SECRETÁRIO: FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR
2ª SECRETÁRIO: LUIZINHO BARBEIRO

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário da Câmara Municipal de Garça, com início às dezenove horas e trinta minutos, sob a Presidência do vereador Adamir Maurício de Barros, Presidente, e secretariada pelos vereadores Francisco Christóforo Júnior, 1º Secretário, e Luizinho Barbeiro, 2º Secretário, realizou-se a 41ª Sessão Ordinária de dois mil e quinze. Feita a chamada inicial dos senhores vereadores, constatou-se as seguintes presenças: Adamir Maurício de Barros, Antônio Franco dos Santos "Bacana", Eli da Eligás, Francisco Christóforo Júnior, José Ap. da Silva "Zelito", Júlio Marcondes de Moura Filho, Luizinho Barbeiro, Patrícia Morato Marangão, Paulo André Faneco e Vanderlei Ferreira, totalizando dez edis presentes à sessão. Havendo número legal para o início dos trabalhos e considerando válida a primeira chamada, o senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão. Sendo a primeira sessão do mês, foi executado o Hino à Garça. O Sr. Presidente colocou em votação a Ata da 40ª Sessão Ordinária de 2015, que foi aprovada por unanimidade de votos. Na sequência, os secretários passaram a ler os Expedientes da Sessão. ***EXPEDIENTE RECEBIDO DO EXECUTIVO MUNICIPAL: Veto nº 04/2015*** - Veto ao Projeto de Lei nº 77/2015, revogando a Lei Municipal nº 4.754/2012, que dispõe sobre a criação de Fundos de Previdência Municipal. O Sr. Presidente consultou o Plenário que o considerou Objeto de Deliberação por unanimidade de votos, sendo encaminhado às Comissões Permanentes da Casa. Ofício nº 990/2015 - At. Requerimento nº 1084/2015 - Júlio Marcondes de Moura Filho. Ofício nº 992/2015 - At. Requerimento nº 1085/2015 - Júlio Marcondes de Moura Filho. Ofício nº 1009/2015 - At. Requerimento nº 1086/2015 - Júlio Marcondes de Moura Filho. Ofício nº 998/2015 - At. Requerimento nº 1087/2015 - Luizinho Barbeiro. Ofício nº 991/2015 - At. Requerimento nº 1089/2015 - Adamir Maurício de Barros. Ofício nº 1002/2015 - At. Requerimento nº 1092/2015 - Francisco Christóforo Júnior. Ofício nº 1012/2015 - At. Requerimento nº 1093/2015 - Francisco Christóforo Júnior. Ofício nº 993/2015 - At. Requerimento nº 1094/2015 - Francisco Christóforo Júnior. Ofício nº 1001/2015 - At. Requerimento nº 1096/2015 - Francisco Christóforo Júnior. Ofício nº 1003/2015 - At. Requerimento nº 1099/2015 - Vanderlei Ferreira. Ofício nº 1000/2015 - At. Requerimento nº 1100/2015 - Vanderlei Ferreira. Ofício nº 1005/2015 - At. Requerimento nº 1101/2015 - Vanderlei Ferreira. ***EXPEDIENTE RECEBIDO DOS SENHORES VEREADORES:*** **Projeto de Resolução nº 14/2015,** de autoria da Mesa Diretora – Altera o regimento interno da Câmara Municipal de Garça e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 79/2015,** de autoria do vereador Paulo André Faneco – Obriga as associações, organizações não governamentais e qualquer outra entidade privada que recebe auxílio ou subvenção financeira da Prefeitura de Garça, a responder no prazo improrrogável de 15 dias úteis aos requerimentos do Poder Legislativo local. O Sr. Presidente consultou o Plenário que os consideraram Objeto de Deliberação por unanimidade de votos, sendo encaminhados às Comissões Permanentes da Casa. ***REQUERIMENTOS Nºs:*** 1139-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando à CPFL para que informe a possibilidade de substituir as diversas lâmpadas que estão queimadas no Jardim Takeo Toyota e na Rua Cinco entre as Ruas Vitor Newber e Antônio Ciríaco dos Santos no jardim Sol Nascente. 1140-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando ao Prefeito que intervenha junto ao SAAE para diminuir o reajuste da tarifa de água e informe o percentual do aumento da energia elétrica na folha de pagamento e se reajuste efetuado por portaria não seria inconstitucional. 1141-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando ao Prefeito informações sobre a frequência e o custo para realizar a nebulização do município contra o mosquito da dengue. 1142-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando ao Prefeito informações sobre o time de basquetebol do município. 1143-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando à Secretaria Estadual da Casa Civil de São Paulo que notifique a empresa responsável pelas obras na SP 331 para que realize as manutenções necessárias na referida via. 1144-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando à CPFL informações sobre as constantes quedas de energia e sobre quais canais de comunicação a companhia disponibiliza aos usuários. 1145-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando informações sobre a quantidade de inquéritos civis que a Prefeitura abriu contra a Administração 2009-2012 e como está o andamento de cada um. 1146-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando ao Prefeito informações sobre a plantação de árvores defronte comércios e indústrias e a quantidade de árvores que foram plantadas e erradicadas nos últimos sete anos. 1147-2015 - FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR - Solicitando ao Prefeito e ao IAPEN informações sobre o valor total dos pagamentos feitos aos pensionistas e informações sobre o repasse da cota patronal e parcelamento de dívidas na atual e em outras Administrações. 1148-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Prefeito informar se há a possibilidade de enquadrar alguns moradores no projeto aluguel social. 1149-2015 - VANDERLEI FERREIRA -Solicitando ao Prefeito informar quando serão feitas as melhorias no centro comunitário do Jardim São Lucas. 1150-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Prefeito informar a possibilidade de substituir uma telha transparente na quadra poliesportiva da escola Hatsue Toyota que foi quebrada e levada pela última chuva de vento. 1151-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Deputado Estadual LUIZ FERNANDO gestões junto ao Governo Estadual, a fim de viabilizar recursos do Orçamento do Estado na ordem de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a aquisição de equipamentos para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do município de Garça/SP. 1152-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Deputado Estadual MARCOS MARTINS gestões junto ao Governo Estadual, a fim de viabilizar recursos do Orçamento do Estado na ordem de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a aquisição de equipamentos para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do município de Garça/SP. 1153-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Deputado Estadual GERALDO CRUZ gestões junto ao Governo Estadual, a fim de viabilizar recursos do Orçamento do Estado na ordem de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a aquisição de equipamentos para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do município de Garça/SP. 1154-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Solicitando ao Deputado Estadual ENIO TATTO gestões junto ao Governo Estadual, a fim de viabilizar recursos do Orçamento do Estado na ordem de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a aquisição de equipamentos para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do município de Garça/SP. 1155-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando à Deputada Federal LUIZA ERUNDINA gestões junto ao Governo Federal, a fim de viabilizar recursos do Orçamento

da União na ordem de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a manutenção do Hospital Psiquiátrico André Luiz no município de Garça/SP. 1156-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando ao Deputado Federal LUIZ LAURO FILHO gestões junto ao Governo Federal, a fim de viabilizar recursos do Orçamento da União na ordem de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a manutenção do Hospital Psiquiátrico André Luiz no município de Garça/SP. 1157-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando ao Deputado Federal FLAVINHO gestões junto ao Governo Federal, a fim de viabilizar recursos do Orçamento da União na ordem de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a manutenção do Hospital Psiquiátrico André Luiz no município de Garça/SP. 1158-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Solicitando ao Deputado Federal ABELARDO CAMARINHA gestões junto ao Governo Federal, a fim de viabilizar recursos do Orçamento da União na ordem de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a manutenção do Hospital Psiquiátrico André Luiz no município de Garça/SP. Colocado em discussão, fez uso da palavra o vereador ANTÔNIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA": Avisou que o deputado Camarinha está licenciado por 90 dias. 1159-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando à ACIG que comuniquem as lojas que comercializam celulares em nossa cidade, para que realizem, através de informativos, a divulgação dos passos a serem tomados para bloqueio de celular em caso de furto, roubo ou perda. 1160-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando ao Prefeito informar se há projetos visando cuidar da saúde física e mental dos professores da rede municipal de ensino. 1161-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando ao Prefeito e ao SAAE informações sobre o orçamento anual do SAAE. 1162-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando ao Prefeito informações sobre os animais abandonados. 1163-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando ao Prefeito informações sobre o combate ao mosquito Aedes Aegypti. 1164-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando à Comandante da 4ª. Cia da Policial Militar do município e ao Conselho Tutelar de Garça, que, ainda este ano e durante as férias escolares, realizem uma operação conjunta de fiscalizações (BLITZ), visando diminuir o número de adolescentes que ingerem bebidas alcoólicas e entorpecentes e causam incômodo à população. 1165-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Solicitando ao Prefeito informações sobre a contratação de consultorias pela Municipalidade. 1166-2015 - ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS - Solicitando ao Prefeito informações sobre melhorias no escoamento das águas pluviais da Rua D no Jardim Adrianita. 1167-2015 - ANTÔNIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA" - Solicitando à CPFL que ilumine a quadra da Rua Vitória próximo a escola Vitor Hugo Boareto. Todos os Requerimentos apresentados foram aprovados por unanimidade de votos. O Presidente informou que foi apresentado Requerimento nº 1168/2015, subscrito pelo quórum regimental de 1/3 dos vereadores, objetivando a instauração da Comissão Especial de Inquérito, para apurar supostas irregularidades envolvendo o repasse de recursos públicos pelo município à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Garça. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS: Disse que o ensejo do requerimento é abrir uma investigação para apurar o que realmente está ocorrendo com o hospital e onde está sendo empregado o dinheiro público repassado. Disse também que é para acabar com as especulações que correm pela cidade e trazer à tona a verdade sobre os fatos. O Secretário solicitou que fossem registradas as presenças dos vereadores Ademar Salvador e Lineu Guimarães Filho. PATRÍCIA MORATO MARANGÃO: Disse que o hospital tem problemas de gestão e quem sofre com isso é a população e que o caso deve ser encaminhado para o ministério público que será capaz de elucidar a verdade dos fatos. Antonio disse que a Administração tinha ciência dos fatos, porém não tomou providências e que já entrou em contato com a Rede Record para que fizessem uma reportagem sobre direitos do consumidor, uma vez que a população vem sofrendo por falta de atendimento; disse que a Edilidade deve abrir uma CEI referente ao atendimento do hospital. Francisco disse que foi até ao ministério público e que já foi aberto inquérito civil contra o hospital São Lucas e que a Prefeitura já impetrou ação judicial contra a entidade. Em aparte, o vereador Adamir destacou que o fulcro do requerimento é a falta de prestação de contas do dinheiro público repassado ao hospital. Patrícia encerrou dizendo que em sua opinião o caso deveria ser resolvido pelo ministério público. PAULO ANDRÉ FANECO: Manifestando seu apoio ao requerimento, esclareceu que a Administração não ficou inerte ao caso, mas tomou diversas tentativas de acordo pacífico, porém sem êxito. Disse que neste ano não foi prestado contas de nada e que a prestação de contas nos anos de 2014 e 2013 está uma verdadeira bagunça contendo até mesmo triplicidade de pagamentos. Enfatizou que a Prefeitura não Administra o hospital e que isso é feito pela irmandade. Disse que há duas ações judiciais tramitando contra o hospital: uma de improbidade administrativa e outra por não prestarem contas. Disse que a situação da Prefeitura é delicada e que o certo é não fazer os repasses uma vez que a entidade não presta contas e que caso não repasse quem sofrerá será a população. O presidente ressalvou que no texto do requerimento o correto são três vereadores para compor a CEI e não cinco como consta no requerimento. Em pedido de ordem o vereador Antonio questionou o motivo de serem apenas três vereadores, tendo em vista a baixa representatividade da edilidade e disse que não assinou o requerimento, pois não teve acesso ao mesmo. O presidente disse que caso haja mais assinaturas, incluindo a de Antônio, o número de vereadores será alterado para cinco. JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO: Disse que o caso é realmente sério, e a falta de prestação de contas gira em torno de 4 milhões de reais. Contou que foi dito pelo vereador Francisco que a abertura da CEI foi uma sugestão do promotor de justiça. Em aparte, o vereador Paulo disse que a entidade não respondeu a diversos requerimentos da Edilidade. Júlio Marcondes disse que não é uma boa hora a abertura da CEI tendo em vista que a Prefeitura dilatou o prazo para entrega dos documentos. Em aparte, Paulo disse que não concorda com o colega tendo em vista que estão fora de prazo há muito tempo. Em aparte, o vereador Francisco explicou que a entidade deve prestar contas mensalmente, porém não o faz. Retomando, Julinho disse que já existe um inquérito civil sendo apurado pelo Ministério Público. Em aparte, o vereador Francisco disse que o promotor lhe sugeriu a abertura da CEI para que após a conclusão a mesma, fosse encaminhada a ele para juntada ao processo. A vereadora Patrícia questionou se o motivo do requerimento é atender ao pedido feito pelo promotor, fato respondido negativamente pelo presidente que disse que foi com o intuito de esclarecimentos à população e que o hospital é obrigado a prestar contas do dinheiro público a ele repassado. Encerrou seu pronunciamento falando que o Ministério Público é competente e imparcial para julgar o caso, e que não é o momento de ser instaurada a CEI, tendo em vista também a proximidade do recesso parlamentar. JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO": Disse que, tendo em vista o ofício encaminhado pelo hospital a cada vereador, o qual fala sobre a prorrogação do prazo para apresentação da documentação para o dia 17/12, o melhor seria a prorrogação da CEI para após essa data realizar as investigações. Disse que não assinará o requerimento de abertura pelo motivo supracitado, e que de maneira alguma é contrário a abertura da CEI. ANTÔNIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA": Disse que é favorável a qualquer abertura de CEI, e

que já assinou o requerimento de abertura. Sugeriu ao presidente que abra uma CEI para investigar os convênios que eram feitos entre o sindicato dos servidores públicos e empresas do município. Disse que na legislatura passada a Irmandade já compareceu até a Câmara e fez a prestação de contas, porém, foi pouco proveitoso devido ao tempo ser escasso para explicar algo tão complexo. Disse que caso o hospital feche, a responsabilidade será da Administração 2013-2016. Em aparte, o vereador Paulo explicou que o Prefeito não administra o hospital e que se fosse, não estaria esse impasse. Continuando, Antonio disse que em campanha política é prometido se investir na saúde e caso o hospital feche esse fato vai ser muito utilizado na próxima campanha pelos candidatos. Encerrou dizendo que é a favor da CEI e que caso sua viagem no mês de fevereiro não seja empecilho que gostaria de estar participando da eleição dos membros. LINEU GUIMARÃES FILHO: Disse que é legítima a abertura da CEI para investigar a prestação de contas do hospital, porém, que não é oportuna sua constituição tendo em vista que o ministério público já iniciou as investigações, e as informações obtidas por este pode ser de grande utilidade para a CEI. Em aparte, o vereador Adamir disse que o Poder Legislativo é que deseja saber onde foram empregados os recursos públicos, independente do que apurar os demais poderes. Em aparte, a vereadora Patrícia disse que concorda com a abertura desde que seja investigada a responsabilidade também da Prefeitura, fato rebatido pelo vereador Adamir dizendo que é lógico que será investigada, pois é a diretamente envolvida no repasse das verbas. Em aparte, a vereadora Patrícia comentou sobre um repasse de 1 milhão e trezentos mil reais ao hospital que não foi repassado, fato que não procede, explicou o vereador Paulo, tendo em vista que seria repassado caso a entidade houve prestado o determinado serviço porém, não prestou e por isso não recebeu e trata-se de uma "jogada" para confundir a opinião pública. Em aparte, o vereador Zelito disse que deve ser adiada a CEI pois os vereadores não têm nenhuma informação concreta, apenas pronunciamentos; fato refutado pelo presidente, mostrando um calhamaço de documentos encaminhados pela Prefeitura Municipal à Casa. FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR: Explicou que através de ofício particular solicitou relatórios das prestações de contas do hospital. Em aparte, o vereador Antonio questionou se Francisco fez requerimentos referentes à prestação de contas do hospital em seu mandato anterior, sendo informado que não ser recorda e que irá pesquisar. Continuando, explicou que os fatos originaram-se na Administração anterior quando a entidade alega que a Prefeitura não repassou cerca de seiscentos mil reais, porém a mesma não possui esse empenho, fato que impede o repasse. Explicou que o ensejo da abertura foi devido os relatórios apontarem despesas não comprovadas. Em aparte, o vereador Júlio Marcondes questionou da possibilidade de ser dada uma cópia a cada vereador, fato que disse Francisco não ser necessário caso haja a CEI, pois todos terão acesso aos documentos. Paulo e Francisco falaram da necessidade de esclarecimentos por parte da diretora do setor de convênios. Continuando disse que a chegada do recesso não impede o trabalho da CEI. Em conformidade com o art. 120 do Regimento Interno, foi feita a nomeação dos membros da Comissão Especial de Inquérito, mediante sorteio de cinco vereadores dentre aqueles considerados desimpedidos, em conformidade com pleiteado no requerimento. Foram declarados impedidos os vereadores: Ademar Salvador, Lineu Guimarães Filho, José Ap. da Silva "Zelito" e Júlio Marcondes de Moura Filho. O Sr. Presidente convidou os nobres vereadores para se dirigirem à Mesa Diretora para a conferência das cédulas contendo o nome de cada um dos Edis desimpedidos. Convidou o vereador Paulo André Faneco para realizar o sorteio dos nomes e a vereadora Patrícia Morato Marangão para realizar o escrutinio. Realizado o sorteio, a comissão eleita foi composta pelos vereadores: Vanderlei Ferreira, Luizinho Barbeiro, Paulo André Faneco, Francisco Christoforo Júnior, Antônio Franco dos Santos "Bacana". A sessão foi suspensa por 05 minutos para escolher o relator e o presidente da comissão. Foi eleito presidente o vereador Francisco Christóforo Júnior e o relator, o vereador Vanderlei Ferreira. Em pedido de ordem, o vereador Julio Marcondes, a fim de não arguir nulidade de todo o trabalho da CEI, questionou possível impedimento dos vereadores Paulo André Faneco e Francisco Christóforo Júnior por questões noticiadas pela imprensa, pois têm interesses favoráveis ao Executivo. O presidente respondeu que não vê impedimento somente pelo fato de Paulo André ser filho do Prefeito. Em aparte, o vereador Antonio disse que a CEI está bem representativa, fato corroborado pelo presidente Adamir e por Francisco. ***INDICAÇÕES Nºs:*** 1024-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que providencia a limpeza e manutenção legal da área verde que se encontra defronte à Rua Adão Pedro dos Santos, Jardim Brasil, cujo mato se encontra muito alto há tempos. 1025-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito realizar limpeza e reparo da calçada ao entorno da Alameda Jose Borges Costa, Alameda Gildo Ferrari e rua Leonildo Anceloni, em nossa cidade, bem como melhoria necessária nas placas e faixas de sinalização de trânsito, daquele local, tanto de solo como vertical. 1026-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que providencia a limpeza do terreno que fica ao lado da USF REBELO que está com o mato alto. 1027-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito a realização de um atualizado mapeamento nas nascentes de rios que estão em nosso município. 1028-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que determine a implantação de programa visando à aferição da pressão intraocular nas unidades de saúde do Município, como forma de prevenção do glaucoma. 1029-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que envie a esta Casa de Lei, projeto visando à instituição, no âmbito municipal, do DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SÍNDROME DE DOWN e que o mesmo passe a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos de nosso município, cuja realização deverá dar-se anualmente em 21 de março. 1030-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que seja estudada a possibilidade de instituição no calendário oficial de eventos do Município, da Semana de Orientação e Prevenção da Gravidez na Adolescência, como palestras, seminários e outros eventos afins. 1031-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que determine a realização imediata de reparos nas ruas do Jardim Frei Aurélio, que se encontram em péssimo estado de conservação, bem como a pintura na sinalização de trânsito de solo. 1032-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito que regulamente através de legislação própria assegurando a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitivas e degenerativas. 1033-2015 - JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO - Sugerindo ao Prefeito realizar a doação de cestas natalinas a todos servidores municipais. 1034-2015 - JOSÉ AP. DA SILVA "ZELITO" - Sugerindo ao Prefeito que conserte o buraco existente próximo a rotatória da Rua Francisco Jorge Miralla no Jardim Imperador. 1035-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Sugerindo ao Prefeito que realize a retirada do cacho de abelha localizado no semáforo defronte ao restaurante Odeon. 1036-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Sugerindo ao Prefeito que realize a pintura da Garça na Rotatória da Garça. 1037-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Sugerindo ao Prefeito que realize a passagem de máquina nos terrenos do Jardim Brasil. 1038-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Sugerindo ao Prefeito

que estude a possibilidade de instalar um ponto de internet sem fio na Praça Frei Aurélio de Falco em Vila Araceli. 1039-2015 - VANDERLEI FERREIRA - Sugerindo ao Prefeito que realize a limpeza do cano de escoamento de água localizado na rotatória da Garça. 1040-2015 - ELI DA ELIGÁS - Sugerindo ao Prefeito que estude a possibilidade de tornar de mão única de direção a Alameda Vicente Bertone visando melhorar a mobilidade urbana do local. O Senhor Presidente da Mesa determinou que, de acordo com o Regimento Interno em vigor, todas as Indicações apresentadas nesta Sessão fossem encaminhadas ao Executivo Municipal. Havendo tempo restante no Expediente o Sr. Presidente concedeu a palavra aos vereadores pelo prazo improrrogável de dez minutos, no qual se inscreveram os vereadores: ANTÔNIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA": Leu cópia que recebeu por email de ofício encaminhado pelo hospital à Prefeitura, o qual versa sobre o pagamento aos funcionários que serão transferidos da Irmandade para o quadro de servidores da municipalidade em observância ao TAC ajustado com a Prefeitura. LINEU GUIMARÃES FILHO: Manifestou contentamento com a notícia da liberação de internações no hospital André Luiz com a dilação do prazo para adequação dado pelo judiciário. Em relação aos funcionários contratos por intermédio do hospital que terão que ser transferidos para o quadro de servidores da prefeitura em obediência ao TAC firmado no ministério Público, disse que deverá haver um bom senso entre ambos e que não deve haver retaliações. Disse que enquanto houver a investigação do hospital pelo Ministério Público poderá ser eleito um interventor para administrar o mesmo. PAULO ANDRÉ FANECO: Comentando o email recebido e lido pelo vereador Antonio, disse que a Irmandade sente-se dona do hospital e o convênio do PSF é repassado à entidade para que a mesma faça os pagamentos do mesmo, e que o valor citado de 4 milhões de reais para pagar os funcionários contratos por intermédio do hospital que terão que ser transferidos para o quadro de servidores da prefeitura em obediência ao TAC seria a quantia que a entidade deve à Prefeitura uma vez que é a quantia que não prestaram contas dos recursos repassados pela Municipalidade. Em aparte, o vereador Antonio perguntou se o mesmo convênio, caso seja cancelado, pode ser feito com a entidade Caminho de Damasco, sendo respondido afirmativamente por Paulo e apontado por Lineu que o grande problema é o valor do acerto de todos os funcionários. Em aparte, a vereadora Patrícia disse estar preocupada com a situação desses trabalhadores e questionou de que maneira serão recontratados. Em aparte, Antonio destacou a necessidade de uma audiência pública solicitando ao colega que intervenha para que seja realizada. ADEMAR SALVADOR: Teceu comentário acerca dos funcionários contratos por intermédio do hospital que terão que ser transferidos para o quadro de servidores da Prefeitura. Em aparte, o vereador Antonio destacou que o TAC está para vencer e parece que o prazo de prorrogação solicitado não foi aceito. Encerrando, questionou como a prefeitura irá absorver esses funcionários sem que sejam concursados, dizendo que em sua opinião é responsabilidade do hospital resolver isso. ELI DA ELIGÁS: Destacou a importância da CEI investigar a prestação de contas do hospital, destacando que o correto é a entidade ter prestado contas mensalmente, e não foi por falta de aviso, pois foram feitos requerimentos e foi matéria de debate na Casa o ano todo. PATRÍCIA MORATO MARANGÃO: Comentou sobre a entrada para deliberação do veto do Prefeito ao projeto votado há algumas sessões em que modificava o sistema previdenciário do IAPEN. Em aparte, o vereador Antonio Franco reafirmou o que disse na ocasião sobre os vereadores votarem com opinião própria afirmando que quem votou favorável ao projeto que mantenha sua opinião quando da votação do veto. Em aparte, Paulo André disse que o prefeito reviu o projeto e achou por bem não implementá-lo, mostrando dessa forma que não houve má-fé e que todos estão sujeitos a errar. Em aparte, o vereador Antonio disse que errar é humano, mas induzir outros ao erro já é demais. Disse que em conversa com o diretor do IAPEN o mesmo disse que a Prefeitura terá que repassar três milhões de reais. Explicou como será o trâmite novamente do projeto e que acredita que o Plenário seguirá favorável ao veto. Comentou sobre o sucesso do chá beneficente organizado pela sociedade em prol do Lar Meimei. Informou que protocolou no ministério público da comarca pedido para que analisem o aumento da tarifa de água no município, que em sua opinião é muito elevado. Em aparte, o vereador Paulo explicou que a dúvida do Prefeito era se primeiro aprova a lei na Câmara e depois encaminha ao Ministério da Previdência ou se o contrário. VANDERLEI FERREIRA: Disse que como relator da CEI será totalmente imparcial nas apurações. Comentando sobre os moradores da Rua Borba Gato terem de deixar as casas em que moravam por ordem judicial disse que encaminhou requerimento solicitando ao Executivo informar o que o poder público pode estar fazendo por eles. Em aparte, o vereador Antonio disse que o secretário de habitação deve ser muito ocupado em realizar mudança de ruas e não tem tempo para se ocupar com questões de moradia. Em aparte, o vereador Paulo disse o secretário de habitação é responsável por apenas uma secretaria e não duas como estavam comentando. Disse que achou a atitude do presidente imparcial na sessão passada quando um ocupante das galerias atrapalhou seu pronunciamento e o presidente não lhe chamou a atenção, esclarecendo que o mesmo tentou, nas redes sociais, dizer que Vanderlei era mentiroso, fato desmentido por colegas professores no mesmo meio de comunicação. Comentou sobre a reestruturação que o Governo do Estado pretendia fazer com as escolas. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS: Agradeceu aos funcionários da Câmara e aos presidentes de 2006 até a presente data pela competência em que trabalham, e por terem levado a Câmara de Garça à 14ª posição entre as Câmaras mais transparentes do estado. Listou algumas das melhorias que fez em seus dois mandatos como presidente. FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR: Seguindo o colega que o antecedeu, parabenizou a todos os servidores da Câmara de Garça pela colocação no ranking do ministério público e comentou que em sua época como presidente, Garça já era destaque com o menor número de funcionários comissionados que na ocasião apenas um. Informou o colega Antonio que em 2012 fez dois requerimentos interpelando a Irmandade de Santa Casa de Misericórdia. Disse que trabalhará com afinco na CEI para apurar a verdade e punir os culpados. Não havendo mais oradores inscritos, foi realizada a 2ª chamada dos vereadores visando à Ordem do Dia constatando-se a presença dos seguintes vereadores: Adamir Maurício de Barros, Ademar Salvador, Antônio Franco dos Santos "Bacana", Eli da Eligás, Francisco Christóforo Júnior, José Ap. da Silva "Zelito", Júlio Marcondes de Moura Filho, Lineu Guimarães Filho, Luizinho Barbeiro, Patrícia Morato Marangão, Paulo André Faneco e Vanderlei Ferreira, totalizando doze edis presentes à sessão (ausente: Valdemar Zimiani). **ORDEM DO DIA: ITEM I** – Veto nº 03/2015, de autoria do Prefeito Municipal - VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 64/2015 que dispõe sobre a instituição do "PROGRAMA EDUCAÇÃO ANTI-DROGAS" nas escolas da rede pública de ensino municipal e dá outras providências. PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: LINEU GUIMARÃES FILHO: Disse que era esperado o veto do prefeito, tendo em vista que o projeto obteve pareceres contrários tanto da procuradoria jurídica da Casa como da comissão de constituição, justiça e redação. Pediu o apoio dos colegas na aprovação, justificando que em outras cidades o projeto idêntico foi aprovado e o mesmo seria muito interessante ser implantado no município. ANTONIO FRANCO DOS SANTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

"BACANA": Justificou seu voto contrário ao veto dizendo a importância do mesmo para a sociedade. PAULO ANDRÉ FANECO: Disse que votou favorável ao projeto na ocasião, porém votará a favor do veto levando em conta a justificativa do prefeito que alegou a geração de despesa para o município e a atual conjuntura econômica não é favorável a mais custos, porém que a não ser essa afirmativa, não vê razão para vetá-lo. FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR: Justificou seu voto favorável ao veto alegando a inconstitucionalidade do projeto e possíveis problemas jurídicos caso seja aprovado. Em aparte, o vereador Antonio disse que mudará seu voto após os esclarecimentos do colega que o antecedeu. A Mesa informou que o quorum exigido para a aprovação desta matéria era o da maioria absoluta e o sistema de votação o nominal, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, o veto foi mantido por maioria de votos, sendo seis favoráveis e cinco contrários. **ITEM II** – Projeto de Lei nº 36/2015, de autoria do vereador Júlio Marcondes de Moura Filho - Cria o diploma aluno nota dez, para estudantes do ensino fundamental e médio da rede municipal, estadual e particular de ensino do município de Garça, e dá outras providências. PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: JÚLIO MARCONDES DE MOURA FILHO: Contou com o apoio dos colegas, dizendo que o projeto já é executado pela loja maçônica do município e que o projeto apenas regulamentaria melhor a matéria. Em aparte, a vereador Patrícia questionou se algum membro da maçonaria teria lhe procurado, sendo informado negativamente por Júlio. PATRÍCIA MORATO MARANGÃO: Disse que o projeto é louvável, tendo em vista que incentiva o empenho dos alunos e que a loja maçônica executa o projeto há alguns anos, e que a intenção do projeto é boa. A Mesa informou que o quorum exigido para a aprovação desta matéria era o da maioria absoluta e o sistema de votação o nominal, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, o projeto foi aprovado por maioria de votos, sendo nove favoráveis e dois contrários. **ITEM III** – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nº 102/2015, concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 74-2015, de autoria da vereadora Patrícia Morato Marangão - Dispõe sobre a permissão do agendamento, por telefone, de consultas médicas, e também exames, por pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: PATRÍCIA MORATO MARANGÃO: Disse que um dos intuitos do projeto é a economicidade, além de evitar filas nas USF e caso o projeto não passe por vício de iniciativa ela fará uma indicação ao prefeito para que o mesmo estude a possibilidade de colocar em prática o projeto. Disse que na cidade de Bauru projeto idêntico foi aprovado pelo Plenário. Lamentou o fato de que muitos projetos bons são vetados pelo prefeito por vício de iniciativa, porém não são postos em prática pelo Executivo. PAULO ANDRÉ FANECO: Disse que em conversa com o secretário de saúde o mesmo disse que pessoas idosas já têm prioridade no atendimento e o SAD atende cerca de 80 pacientes. Disse que seguirá o veto, porém, sugeriu que a autora pode conversar e tentar implementar ao menos parte da medida proposta. FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR: Justificou seu voto contrário ao projeto seguindo o parecer jurídico. Disse que em outras cidades projeto idêntico foi aprovado pelo Legislativo, porém os prefeitos ingressaram com uma ADIN, por serem considerados inconstitucionais. Parabenizou a vereadora pela iniciativa e a aconselhou encaminhar a proposta por indicação ao Prefeito. A Mesa informou que o quorum exigido para a aprovação desta matéria era o da maioria absoluta e o sistema de votação o nominal, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, o parecer foi rejeitado por maioria de votos, sendo seis votos contrários e cinco favoráveis. **ITEM IV** – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nº 103/2015, concluindo pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 69-2015, de autoria do vereador Valdemar Zimiani - Altera a lei nº 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (zona azul) e dá outras providências, isentando do pagamento da taxa do estacionamento rotativo as vagas destinadas aos idosos e deficientes. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS. O referido item não foi votado por conta da ausência do autor do projeto. Não havendo mais itens constantes na Pauta da Ordem do Dia, passou-se para a ***EXPLICAÇÃO PESSOAL***, pelo prazo improrrogável de cinco minutos cada, no qual se inscreveram os vereadores: ANTÔNIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA": Comentou projeto de sua autoria que obriga os bancos afixarem em lugar acessível aos usuários a lei que regulamenta o tempo de espera nas filas relatando que ficou mais de 40 minutos na fila e que os bancos possuem recursos de sobra para contratar mais funcionários para atender a população e lhes propiciar mais agilidade no atendimento. ELI DA ELIGÁS: Justificou seu voto favorável ao projeto que altera a legislação previdenciária municipal, dizendo que embora confiasse na assessoria prestada pelos servidores da Casa e confiasse no parecer, levou em consideração o fato de que se o projeto não fosse aprovado talvez os aposentados e pensionistas não recebessem seus salários, e por isso votou favorável, atendendo a diversos pedidos dos mesmos. Enfatizou que não vota em projetos considerados inconstitucionais. Parabenizou o trabalho desenvolvido pela liderança da igreja Batista Palavra Viva pelo trabalho social desenvolvido entre os mais necessitados. LINEU GUIMARÃES FILHO: Parabenizou os servidores da Casa, os últimos presidentes, e os vereadores pela conquista da 14ª posição no ranking da transparência elaborado pelo ministério público. Justificando seu voto favorável ao projeto que altera a legislação previdenciária municipal, disse que o fez por confiar no Prefeito e nas atitudes que seriam tomadas pelo mesmo. Disse que irá encaminhar por indicação o projeto de sua autoria vetado pelo prefeito. PATRÍCIA MORATO MARANGÃO: Disse que a prestação de contas é fator primordial em todos os aspectos na vida, e ainda mais na administração pública quando se lida com dinheiro da população. Encerrou comentando sobre seu posicionamento político e sobre seu desligamento do PSDB, por não se entender com o atual prefeito. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente em nome de Deus, a declarou encerrada, da qual foi lavrada esta Ata. Garça, sete de dezembro de dois mil e quinze.----------

ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS
Presidente

ADEMAR SALVADOR
Presidente "ad hoc"

FRANCISCO CHRISTÓFORO JÚNIOR
1º Secretário

LUIZINHO BARBEIRO
2º Secretário